

ifthenpay

Referências Multibanco
para a sua empresa



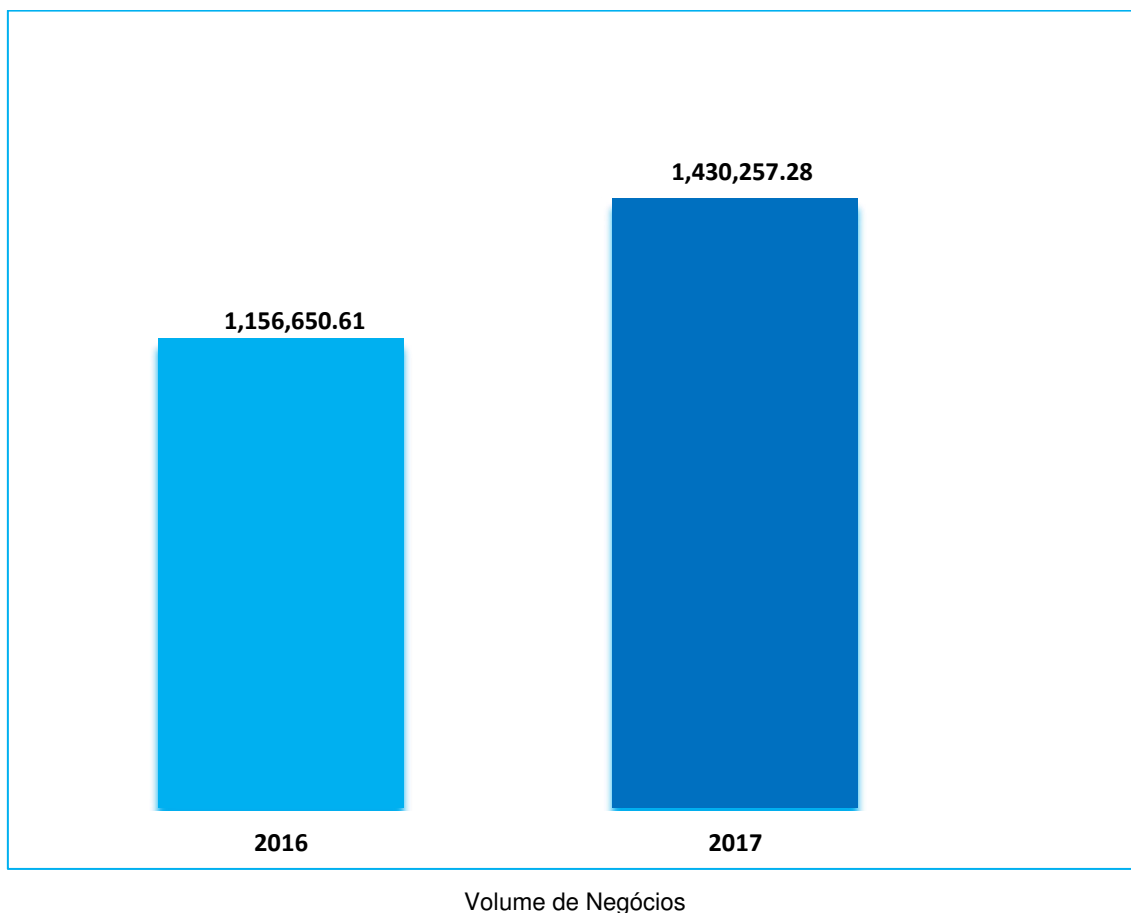
Relatório de Gestão 2017

Índice

PERFORMANCE FINANCEIRA	2
1. Volume de Negócios	2
2. Volume de Pagamentos	3
3. Análise dos Gastos	4
4. Análise dos Resultados	6
5. Proposta para Aplicação de Resultados.....	6
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS E PERSPECTIVAS FUTURAS	7
DISPOSIÇÕES LEGAIS	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017	9
1. Balanço	10
2. Demonstração de Resultados	11
3. Demonstração de Alterações ao Capital Próprio	12
4. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	13
5. Anexo às Demonstrações Financeiras	14

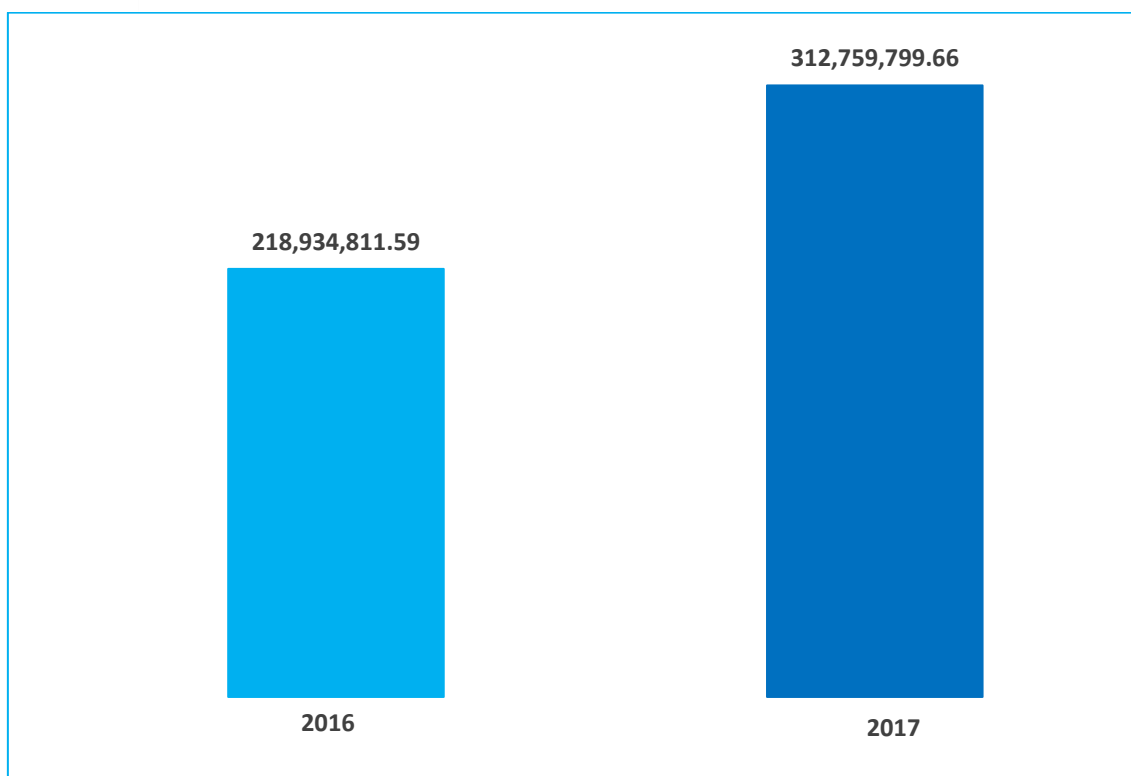
PERFORMANCE FINANCEIRA

1. Volume de Negócios



O volume de negócios em 2017 atingiu o montante de **1.430.257,28 euros** o que representa um crescimento de **24%** relativamente ao exercício de 2016.

2. Volume de Pagamentos



Volume de Pagamentos

Quanto ao volume de pagamentos, em 2017 atingiu-se o montante de **312.759.799,66 euros** o que representou um crescimento de **43%** relativamente ao ano anterior.

O enorme aumento do volume de negócios e do volume de pagamentos deveu-se a vários fatores, nomeadamente:

- O pagamento por referência multibanco, principalmente nas lojas online, tem registado um aumento exponencial, sendo cada vez mais o método de pagamento preferido pelos portugueses. Isso deve-se, por um lado, à segurança associada a este método de pagamento, uma vez que não há necessidade do consumidor final introduzir qualquer dado bancário online, e, por outro lado, porque é um método de pagamento que quase todos os portugueses dominam e estão habituados a utilizar desde há muitos anos.

Assim, não só temos conquistado novos clientes a um ritmo crescente como o volume de negócios dos nossos clientes tem tido um aumento considerável;

- O índice de satisfação dos nossos clientes com o nosso serviço de pagamento é extremamente elevado, por várias razões que têm a ver com a qualidade do serviço, ferramentas disponibilizadas, assistência ao cliente, simplicidade e transparência

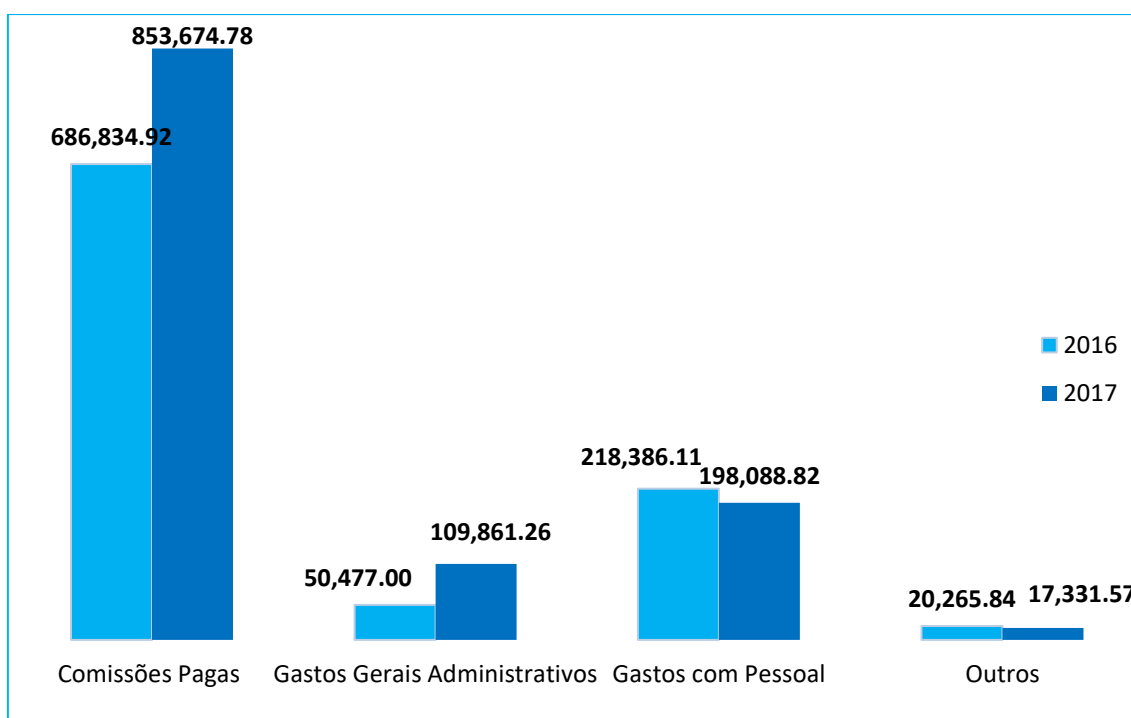
comercial, etc., o que nos tem permitido aumentar significativamente a nossa quota de mercado e trazer novos clientes para o serviço por recomendação dos clientes atuais (o efeito “passa-palavra”);

- O investimento contínuo na integração do nosso serviço em cada vez mais plataformas de comércio eletrónico, softwares de faturação e outras plataformas informáticas, tem permitido alargar o nosso serviço a novas áreas de negócio;

- O nosso enfâse com a segurança, disponibilidade do serviço e minimização de falhas, em todas as vertentes do serviço, têm contribuído positivamente para o elevado índice de satisfação dos clientes e para a confiança que depositam em nós. Isto tem-se traduzido numa quase ausência de reclamações e problemas técnicos com o serviço;

- A dedicação dos nossos colaboradores e parceiros é a chave para este superar de objetivos e expetativas.

3. Análise dos Gastos

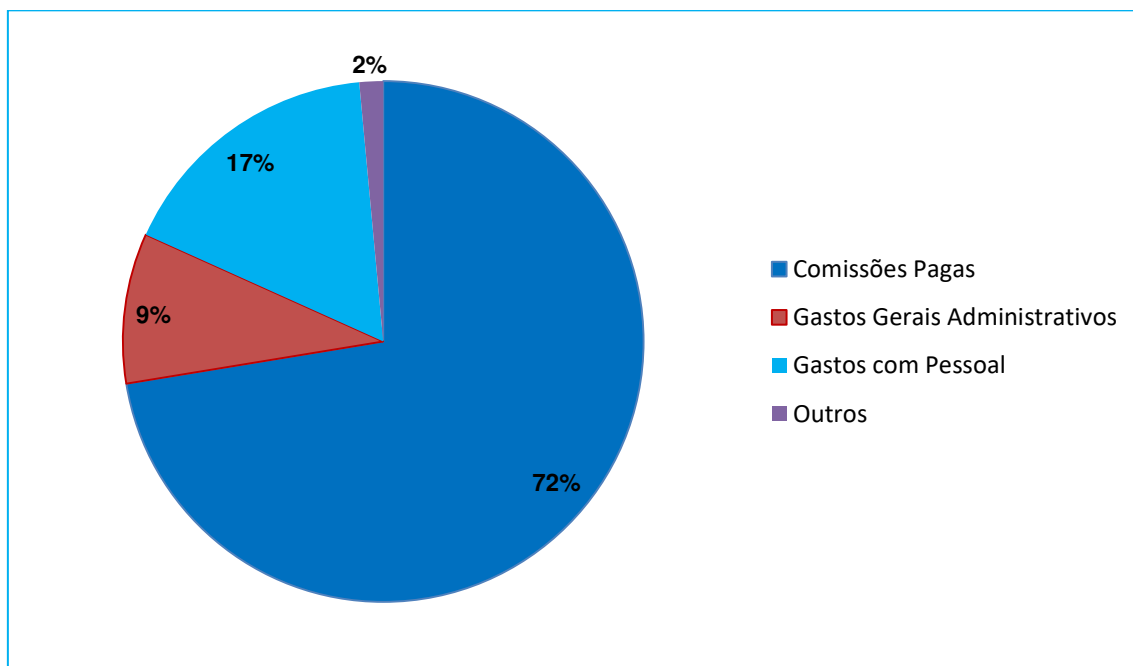


Análise dos Gastos antes amortizações

As comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros, totalizaram o montante de **853.674,78 euros**, representando **60%** do volume de negócios e **73%** da totalidade dos gastos (antes de amortizações).

Os Gastos com Pessoal atingiram o montante de **198.088,82 euros** representando **14%** do volume de negócios e **17%** dos gastos (antes de amortizações).

Os Gastos Gerais Administrativos ascenderam a **109.861,26 euros** representando **8%** do volume de negócios e **9%** dos custos (antes de amortizações).

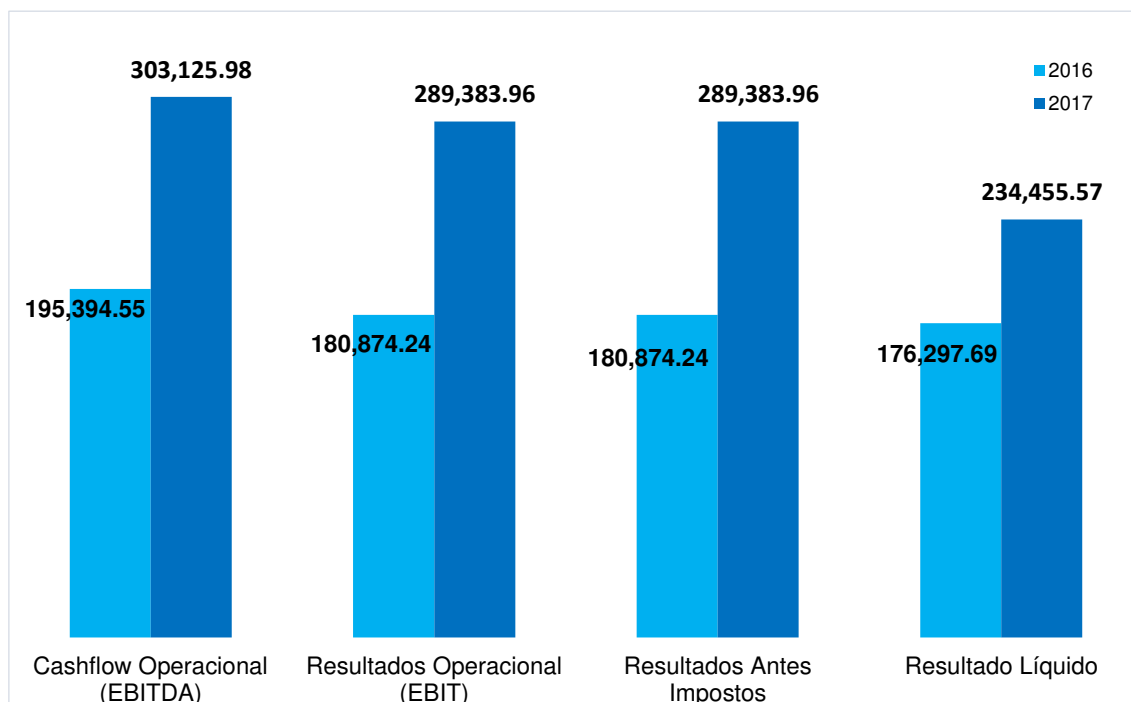


Análise dos Gastos após amortizações

Os Gastos de Depreciação e Amortização do exercício foram de **13,742,02 euros**

4. Análise dos Resultados

A evolução do EBITDA para os Resultados Líquidos foi a seguinte:



Os resultados operacionais e resultados antes de impostos tiveram um **crescimento de 60%**, e o resultado líquido teve um **crescimento de 33%**, face a 2016.

Estes resultados são o reflexo, por um lado, do forte crescimento do volume de negócios, mas também de um controlo rigoroso dos custos, que não aumentaram na mesma proporção do volume de negócios.

A margem EBITDA cifrou-se em **21%** do Volume de Negócios em 2017. Em 2016, este indicador ascendeu a 17%.

5. Proposta para Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido no montante de **234.455,57 euros** será aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal: 11.722,78 euros

Lucros distribuídos aos sócios: 200.000,00 euros

Resultados Transitados: 22.732,79 euros



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

As perspectivas para o exercício de 2017 foram mais uma vez ultrapassadas a diversos níveis, como o volume de negócios, volume de pagamentos, número de novos clientes e aumento de quota de mercado.

Em 2018, esperamos um **aumento entre 20% e 30% do volume de negócios**, em linha com o que tem acontecido nos últimos anos. Esperamos também um **aumento do volume de pagamentos em cerca de 40%** e um aumento do número de clientes e resultados operacionais em linha com os anos anteriores.

Iremos também consolidar o nosso investimento em marketing e comunicação, aumentando a visibilidade da nossa marca.

Na persecução da total satisfação dos nossos clientes e conquista de novos, a Ifthenpay prevê disponibilizar os serviços de pagamento em novas plataformas, oferecendo um serviço ainda mais competitivo e atractivo e consolidando a sua posição no mercado.

Continuará a apostar na relação de proximidade com os seus clientes, oferecendo um atendimento personalizado e acompanhando a evolução das suas actividades, na expectativa de suprir constantemente as suas necessidades e contribuir para o desenvolvimento dos seus negócios.

Para acompanhar este crescimento, esperamos também aumentar os nossos quadros de recursos humanos, seja a nível de engenharia de sistemas, seja a nível de acompanhamento de clientes.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social, ou aos colaboradores.

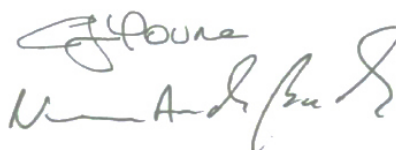
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização das expectativas e objectivos da Ifthenpay para o exercício de 2017, ficou a dever-se em grande parte à colaboração com diversas entidades, e à confiança que essas entidades depositaram na Ifthenpay, demonstrando ao longo do ano o seu interesse na evolução da nossa empresa.

A todas elas manifestamos o nosso reconhecimento e sincero agradecimento, nomeadamente aos Colaboradores, Clientes, Instituições Financeiras e de Supervisão.

Santa Maria da Feira, 12 de Março de 2018

O Orgão de Gestão

Handwritten signature in black ink, appearing to read 'Gil Moura' and 'M. André'.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017

1. Balanço

IfthenPay, Lda

Balanço em base individual (NIC)

Referente a: 31-12-2017

Valores em Euros

	Notas	ANO 2017		ANO 2016	
		Activo Antes Provisões, Imparidades e Amortizações	Provisões, Imparidades e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
1. Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		0.00	0.00	0.00	0.00
2. Disponibilidades em outras instituições crédito	4	3,667,073.51	0.00	3,667,073.51	1,978,258.58
3. Activos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00	0.00	0.00
4. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		915.07	0.00	915.07	0.00
5. Activos financeiros disponíveis para venda		0.00	0.00	0.00	0.00
6. Aplicações em Instituições de Crédito		0.00	0.00	0.00	0.00
7. Créditos a clientes		0.00	0.00	0.00	0.00
8. Investimentos detidos até à maturidade		0.00	0.00	0.00	569.42
9. Activos com acordo de recompra		0.00	0.00	0.00	0.00
10. Derivados de cobertura		0.00	0.00	0.00	0.00
11. Activos não correntes detidos para venda		0.00	0.00	0.00	0.00
12. Propriedades de investimentos		0.00	0.00	0.00	0.00
13. Outros activos tangíveis	6	55,053.30	36,621.59	18,431.71	32,045.02
14. Activos intangíveis	7	1,911.14	1,782.26	128.88	257.59
15. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00	0.00	0.00
16. Activos por impostos correntes		0.00	0.00	0.00	31,138.51
17. Activos por impostos diferidos		0.00	0.00	0.00	0.00
18. Outros Activos	4	5.00	0.00	5.00	0.00
Total do Activo		3,724,958.02	38,403.85	3,686,554.17	2,042,269.12
		Valor		Valor	
PASSIVO					
1. Recursos de bancos centrais				0.00	0.00
2. Passivos financeiros detidos para negociação				0.00	0.00
3. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				0.00	0.00
4. Recursos de outras instituições de crédito				0.00	0.00
5. Recursos de clientes e outros empréstimos				0.00	0.00
6. Responsabilidades representadas por títulos				0.00	0.00
7. Passivos financeiros associados e activos transferidos				0.00	0.00
8. Derivados de cobertura				0.00	0.00
9. Passivos não correntes detidos para venda				0.00	0.00
10. Provisões				0.00	0.00
12. Passivos por impostos correntes	8			17,045.39	0.00
13. Passivos por impostos diferidos				0.00	0.00
14. Instrumentos representativos de capital				0.00	0.00
15. Outros passivos subordinados				0.00	0.00
16. Outros passivos	9			3,249,353.61	1,756,569.52
Total de Passivo				3,266,399.00	1,756,569.52
CAPITAL					
Capital				100,000.00	100,000.00
Prémios de emissão				0.00	0.00
Outros instrumentos de capital				0.00	0.00
Acções próprias				0.00	0.00
Reservas de reavaliação				0.00	0.00
Outras reservas e resultados transitados	11			85,699.60	9,401.91
Resultado do exercício	11			234,455.57	176,297.69
Dividendos antecipados				0.00	0.00
Total de Capital				420,155.17	285,699.60
Total de Passivo+Capital				3,686,554.17	2,042,269.12

2. Demonstração de Resultados

IfthenPay, Lda

Demonstração de Resultados em base individual (NIC)

Referente a:

31-12-2017

Valores em Euros

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares		0.31	0.00
Juros e encargos similares		-1.86	-38.85
MARGEM FINANCEIRA		-1.55	-38.85
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões	12	1,430,257.28	1,156,650.61
Encargos com serviços e comissões	12	-853,674.78	-686,834.92
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		0.00	0.00
Resultados de reavaliação cambial		0.00	0.00
Resultados de alienação de outros activos		0.00	0.00
Outros resultados de exploração		34,495.11	-5,519.18
PRODUTO BANCÁRIO		611,076.06	464,257.66
Custos com Pessoal	10	-198,088.82	-218,386.11
Gastos gerais administrativos		-109,861.26	-50,477.00
Amortizações do Exercício	6 e 7	-13,742.02	-14,520.31
Provisões líquidas de reposições e anulações		0.00	0.00
Correcções de valor associados ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0.00	0.00
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		289,383.96	180,874.24
Impostos		-54,928.39	-4,576.55
Correntes	8	-54,928.39	-4,576.55
Diferidos		0.00	0.00
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		234,455.57	176,297.69
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0.00	0.00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		234,455.57	176,297.69

3. Demonstração de Alterações ao Capital Próprio

IfthenPay, Lda.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Referente a: 31-12-2017				Valores em Euros	
	Capital realizado	Resultados transitados	Reserva Legal	Dividendos	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 31/12/2015	100,000.00	0.00	2,495.43	-55,555.55	138,129.68	185,069.56
Aplicações de resultados do período						
- Cobertura de Prejuízos						0.00
- Reserva Legal			6,906.48		-6,906.48	0.00
- Dividendos				55,555.55	-131,223.20	-75,667.65
- Dividendos Antecipados						
Resultado Líquido do período					176,297.69	176,297.69
Saldo em 31/12/2016	100,000.00	0.00	9,401.91	0.00	176,297.69	285,699.60
Aplicações de resultados do período						
- Dividendos Antecipados						0.00
- Incorporação de Reservas			8,814.88		-8,814.88	0.00
- Distribuição de Lucros		67,482.81			-167,482.81	-100,000.00
Resultado Líquido do período					234,455.57	234,455.57
Saldo em 31/12/2017	100,000.00	67,482.81	18,216.79	0.00	234,455.57	420,155.17

4. Demonstração de Fluxos de Caixa

Ifthepay, Lda.

Demonstração de Fluxos de Caixa	Referente a: 31-12-2017	Valores euros	
	Notas	31-12-2017	31-12-2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		2,913,609.75	2,053,315.24
Pagamentos a fornecedores		-951,950.79	-715,693.78
Pagamentos ao pessoal		-197,210.77	-218,520.34
Caixa gerada pelas operações		1,764,448.19	1,119,101.12
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-6,744.49	32,632.99
Outros recebimentos/pagamentos		31,109.06	78.22
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1,788,812.76	1,151,812.33
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0.00	-5,767.31
Activos intangíveis		0.00	-711.14
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares		0.31	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0.31	-6,478.45
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		1.86	38.85
Dividendos		-100,000.00	-75,667.64
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-99,998.14	-75,628.79
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1,688,814.93	1,069,705.09
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1,978,258.58	908,553.49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3,667,073.51	1,978,258.58



5. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A **lfthenpay**, Lda. é uma sociedade por quotas, constituída a 21 de Janeiro de 2013, com sede na Rua São José 771, Santa Maria da Feira e tem como actividade principal: Outras actividades de serviços financeiros diversos, n.e., excepto seguros e fundos de pensões

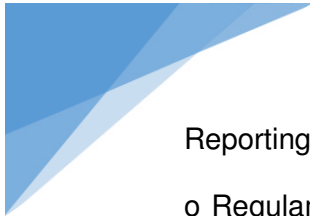
O seu objecto consiste no envio de fundos e na execução de operações de pagamento em que o consentimento do ordenante para a execução da operação de pagamentos é comunicada através de quaisquer dispositivos de telecomunicações, digitais ou informáticos, e o pagamento é efectuado ao operador da rede ou do sistema de telecomunicações ou informático, agindo exclusivamente como intermediário entre o utilizador do serviço de pagamento e o fornecedor dos bens e serviços.

O capital social é representado por 100.000 euros encontrando-se realizado na totalidade.

Em termos fiscais, a **lfthenpay** iniciou a sua actividade em 5 de Fevereiro de 2013 e em 1 de Abril de 2014 para efeitos do Banco de Portugal.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 As demonstrações financeiras anexas foram preparadas e elaboradas em base individual, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e, pela primeira vez, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) – International Accounting Standards/International Financial



Reporting Standards (IAS/IFRS), tal como adotadas na União Europeia de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 5/2015, de 7 de Dezembro, do Banco de Portugal.

2.2 Não foram derogadas quaisquer disposições das NIC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da Sociedade.


2.3 O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. A partir de 2014, a Sociedade ficou sujeita à supervisão do Banco de Portugal, pelo que teve de adoptar as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), preparando e elaborando todas as demonstrações financeiras na óptica da contabilidade bancária. A adopção, a partir de 1 de Janeiro de 2017 das NIC não originou impacto nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que as matérias em que as NCA diferiam das NIC não eram aplicáveis à Ifthenpay.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO E MENSURAÇÃO

Em conformidade com o disposto no artigo 2º e no nº 1 do artigo 3º do Aviso nº 5/2015, de 7 de Dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras em base individual foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade



(NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura

conceptual para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, com base no princípio do custo histórico.

3.2 POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

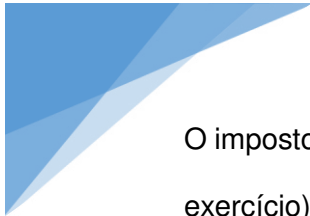
Os activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, às taxas de amortização previstas na lei fiscal, por se considerarem representativas da vida útil esperada dos activos.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

3.2.2 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente, não havendo lugar a reconhecimento de impostos diferidos para o exercício de 2017.



O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período (resultado fiscal do exercício). O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O seu cálculo tem por base a taxa de imposto legalmente em vigor (21%), acrescida da derrama.

O imposto sobre o rendimento reflecte-se no resultado do exercício.

3.2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros foram reconhecidos no balanço quando a Sociedade se tornou parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características, encontram-se mensurados ao custo:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros activos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:



- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;


Os activos financeiros incluídos nas categorias do “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Sociedade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.



A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.4 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios do emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego; e iv) benefícios de cessação.

A sociedade apenas registou benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social e gratificações (pagos dentro dos 12 meses).

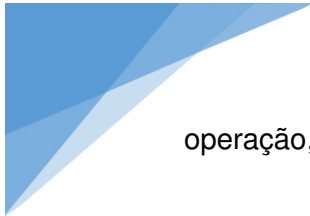
O gasto relativo a participações e gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

As férias e subsídio de férias e correspondentes encargos por conta da entidade patronal, foram registados como gasto do período em que venceu o direito dos colaboradores. O valor do subsídio e da remuneração de férias e dos respectivos encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimados e registados na rubrica Encargos a pagar - Outros encargos a pagar - Por Gastos com Pessoal.

3.3 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Caixa e equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa e equivalentes, compreendem aos saldos com uma maturidade inferior a 3 meses a contar da data de constituição da



operação, onde se incluem caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

Os equivalentes de Caixa compreendem as Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito.

A sociedade possui duas contas de depósitos à ordem, ambas da Caixa Geral de Depósitos.

A conta 0722004948030 é utilizada exclusivamente para as transacções relacionadas com a actividade dos serviços de pagamento, tendo a menção expressa "aberta por conta dos utilizadores do serviço de pagamento".

A conta 0722004949930 é utilizada exclusivamente para as transacções relacionadas com a actividade corrente da empresa, nomeadamente pagamento de remunerações aos colaboradores e gastos gerais administrativos.

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, foram incluídos no saldo "Caixa e seus equivalentes", a totalidade das rubricas "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

4. Fluxos de Caixa

4.1 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

A caixa e seus equivalentes em 31-12-2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

Caixa e seus Equivalentes		
	2017	2016
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3,667,073.51	1,978,258.58
	3,667,073.51	1,978,258.58

Os fundos gerados internamente pelas actividades operacionais financiaram os fluxos das actividades de financiamento e originaram um excedente reflectido no aumento das disponibilidades entre o início e o final do exercício de 2017.

5. Políticas contabilistas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Tal como referido na Nota 2, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas e elaboradas em base individual, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e, pela primeira vez, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) – International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS), tal como adotadas na União Europeia de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 5/2015, de 7 de Dezembro, do Banco de Portugal.

A adopção das NIC não implicou qualquer efeito no período corrente ou anterior, nem possíveis efeitos em períodos futuros.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o período findo em 31-12-2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto					
	Saldo em 31-12-2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	8,643.30	-	-	-	8,643.30
Equipamento de transporte	46,290.00	-	-	-	46,290.00
Equipamento administrativo	120.00	-	-	-	120.00
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	55,053.30	-	-	-	55,053.30

Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 31-12-2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	(1,974.18)	(1,069.02)	-	-	(3,043.20)
Equipamento de transporte	(20,914.10)	(12,544.29)	-	-	(33,458.39)
Equipamento administrativo	(120.00)	-	-	-	(120.00)
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	(23,008.28)	(13,613.31)	-	-	(36,621.59)

Gastos com Depreciações

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções		
Equipamento básico	1,974.18	1,069.02
Equipamento de transporte	11,572.50	12,544.29
Equipamento administrativo	120.00	
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis		
	<u>13,666.68</u>	<u>13,613.31</u>

7. Activos Intangíveis

Durante o período findo em 31-12-2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto					
	<u>Saldo em 31-12-2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31-12-2017</u>
Goodwill	-	-			-
Projectos de desenvolvimento	-	-			-
Programas de computador	1,911.14	-			1,911.14
Propriedade industrial	-	-			-
Outros activos intangíveis	-	-			-
...					
	<u>1,911.14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1,911.14</u>

Amortizações Acumuladas

	<u>Saldo em 31-12-2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31-12-2017</u>
Projectos de desenvolvimento	-	-			-
Programas de computador	(1,653.55)	(128.71)			(1,782.26)
Propriedade industrial	-	-			-
Outros activos intangíveis	-	-			-
...					
	<u>(1,653.55)</u>	<u>(128.71)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1,782.26)</u>

Gastos com Amortizações

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Activos Intangíveis		
Projectos de desenvolvimento		
Programas de computador	853.63	128.71
Propriedade industrial		
Outros activos intangíveis		
	<u>853.63</u>	<u>128.71</u>

8. Imposto Sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha sido efectuado reporte de prejuízos fiscais, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Órgão de Gestão da empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2014, 2015, 2016 e 2017.

No exercício de 2017, o custo com impostos sobre os lucros reconhecidos em resultados, bem como a taxa efectiva de imposto, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

Imposto sobre o Rendimento		
	2016	2017
Imposto corrente	4,576.55	54,928.39
Imposto diferido		
	4,576.55	54,928.39

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos		
	2016	2017
Resultados Antes de Impostos	180,874.24	289,383.96
Resultado Fiscal	180,874.24	252,291.79
Prejuízos Fiscais Dedutíveis	-	-
Matéria Colectável	180,874.24	252,291.79
Impostos apurado com base na taxa nominal de 21% (Colecta)	37,983.59	52,981.28
Sifide	37,983.59	4,093.54
Derrama	2,713.11	3,784.38
Tributação Autónoma	1,863.44	2,256.28
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	4,576.55	54,928.40
Taxa média efectiva de imposto	3%	19%

Na sequência da candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, foi atribuído um crédito fiscal no valor de 79.859,44 euros, nos termos do Decreto-Lei nº 162/2014 de 31 de Outubro. Do crédito fiscal atribuído foram utilizados 37.782,31 euros no exercício de 2015, 37.983,59 no exercício de 2016 e 4.093,54 euros no presente exercício.

9. Instrumentos Financeiros

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

9.1 Sector Público Administrativo

Apresentamos de seguida a decomposição da conta "Credores e outros recursos - Sector Público Administrativo", à data de 31/12/2017:

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Finanças	24,442.43	25,592.45
Segurança Social	3,649.28	4,710.61
	<u>28,091.71</u>	<u>30,303.06</u>

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	2,549.58	2,433.56
IVA - A Pagar	25,742.71	22,633.89
Restantes Impostos	525.00	525.00
Contribuição p/ Seg. Social	4,871.82	4,710.61
	<u>33,689.11</u>	<u>30,303.06</u>

Não existem pagamentos em atraso ao Estado. Os montantes apresentados correspondem aos montantes apurados no mês de Dezembro de 2017, que serão regularizados em Janeiro e Fevereiro de 2018.

9.2 Cobranças por conta de terceiros

Em 31/12/2017, o saldo corrente da rubrica "Credores e outros recursos – Cobranças por conta de terceiros" é o seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Cobranças por conta de terceiros	1,605,093.05	3,088,445.52
	<u>1,605,093.05</u>	<u>3,088,445.52</u>

Nesta rubrica reconhecem-se os montantes recebidos e posteriormente transferidos aos respectivos clientes no primeiro dia útil de Janeiro de 2018.

9.3 Outros Passivos

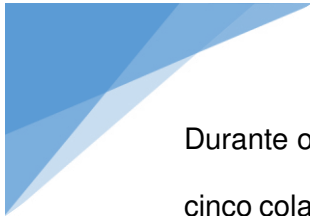
	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal	120.54	(149.72)
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros accionistas		
Fornecedores de investimentos		
Adiantamentos por conta de vendas		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	25,653.39	26,717.64
Juros a liquidar		
Outros acréscimos de gastos		
Outros Credores	<u>92,049.22</u>	<u>104,037.11</u>
	<u>117,823.15</u>	<u>130,605.03</u>

10. Benefícios dos Empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Sociedade, à data de 31/12/2017, foi 7 e 8 à data de 31/12/2016

Gastos com o Pessoal

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	56,000.00	56,000.00
Remunerações do pessoal	119,825.69	103,485.27
Encargos sobre Remunerações	39,423.94	36,110.29
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	1,473.78	1,480.26
Estimativa para participação nos lucros	-	-
Outros gastos com Pessoal	<u>1,662.70</u>	<u>1,013.00</u>
	<u>218,386.11</u>	<u>198,088.82</u>



Durante o exercício de 2017 estiveram ao serviço da sociedade dois sócios-gerentes e cinco colaboradores. Os colaboradores e os sócios estão abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Não foram atribuídos planos de benefícios pós-emprego ou outros benefícios a longo prazo.

À data de 31/12/2017, não existem valores em mora ao Estado ou Segurança Social.


11. Capital e Outras Rúbricas de Capital Próprio

A Sociedade foi constituída em 21 de Janeiro de 2013, com o capital social no montante de 100.000,00 euros, integralmente realizado nessa data.

Em 31-12-2017 e 31-12-2016, as restantes rubricas de capital próprio têm a seguinte composição:

Capital Próprio		
	2016	2017
Capital	100,000.00	100,000.00
Reserva Legal	9,401.91	18,216.79
Resultados Transitados	-	67,482.81
Resultado Líquido do Exercício	176,297.69	234,455.57
Dividendos Antecipados	-	-
	<u>285,699.60</u>	<u>420,155.17</u>

Quanto à Reserva Legal, a legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do Resultado Líquido do exercício seja destinado ao seu reforço, até que esta represente, pelo menos, 20% do Capital Social. Esta Reserva não é distribuível, excepto no caso de liquidação da sociedade, mas pode ser utilizada para cobertura de prejuízos ou aumento do Capital.



Nos Resultados Transitados está incluído o Resultado Líquido do exercício de 2016, depois de terem sido deduzidos os dividendos distribuídos aos sócios

12. Prestação de Serviços e Comissões Suportadas

Nos exercícios de 2017 e 2016, as prestações de serviços têm a seguinte composição:

Prestação de Serviços		
	2016	2017
Serviço de Cobranças	1,156,650.61	1,430,257.28
	1,156,650.61	1,430,257.28

Nos exercícios de 2017 e 2016, as comissões suportadas têm a seguinte composição:

Comissões Suportadas		
	2016	2017
Comissões serviços de pagamento	686,834.92	853,004.55
	686,834.92	853,004.55

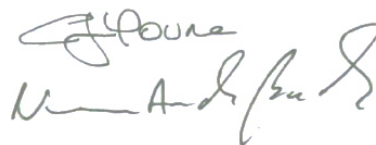
13. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data de Balanço e até à presente data, não ocorreu qualquer facto considerado relevante para a actividade da empresa que requeira ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Orgão de Gestão





HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras anexas de **IFTHENPAY, LDA**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.686.554 euros e um total de capital próprio de 420.155 euros, incluindo um resultado líquido de 234.456 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IFTHENPAY, LDA**, (a Entidade), em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) que correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.


Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras.

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotados em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

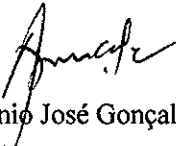
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 15 de Março de 2018

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
representada por:


Dr. António José Gonçalves - ROC nº 687

ACTA Nº 9

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas, na sede da sociedade por quotas Ifthenpay, Lda., sita na Rua S. José, 771, freguesia de Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro, com o número único de matrícula e de identificação fiscal 510450024, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Espinho, com o capital de 100.000,00 € (Cem mil euros), reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral da Ifthenpay, Lda., presidida por Carlos Filipe Quintas Moura, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e sobre as Contas do Exercício de 2017

Ponto 2. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade no referido exercício.

Encontravam-se presentes os actuais sócios, Sr. Carlos Filipe Quintas Moura, detentor de 50% do capital social, no montante de 50.000,00 € (Cinquenta mil euros) e o Sr. Nuno André Coutinho Freitas Breda, detentor de 50% do capital, no montante de 50.000,00 € (Cinquenta mil euros), perfazendo assim a totalidade do capital.

Deram-se de imediato início aos trabalhos, tendo pedido a palavra o sócio Carlos Filipe Quintas Moura, que procedeu à leitura do Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas.

Seguiu-se a discussão deste primeiro ponto, tendo usado uma vez mais da palavra o sócio Carlos Filipe Quintas Moura, que teceu diversas considerações, nomeadamente em relação ao expressivo resultado líquido positivo, 234.455,57 euros (Duzentos e trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos).

Acrescentou-se que serão constituídas reservas legais, no valor de 11.722,78 euros (Onze mil setecentos e vinte e dois euros e setenta e oito cêntimos). Dos restantes 222.732,79 euros (Duzentos e vinte e dois mil setecentos e trinta e dois euros e setenta e nove cêntimos), 200.000,00 euros (Duzentos mil euros) serão distribuídos aos sócios e 22.732,79 euros (Vinte e dois mil setecentos e trinta e dois euros e setenta e nove cêntimos) serão levados a Resultados Transitados.

Após estas reflexões, foi proposto à Assembleia a aprovação das contas e demais documentos em apreciação.

Posto à votação, foi o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a discussão do segundo e último ponto da Ordem de Trabalhos, tendo pedido a palavra o sócio Nuno André Coutinho Freitas Breda, que propôs que a Assembleia se manifestasse favoravelmente acerca da administração da sociedade durante o exercício em apreço.

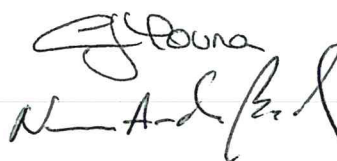
Seguiu-se a discussão e votação desta proposta, que foi aprovada por unanimidade.

Ifthenpay, Lda.
Rua S. José, 771
4535-404 Santa Maria de Lamas
C.A.E.: 64992 Capital Social: 100.000,00 Euros N.I.F.: 510450024
Matrícula nº510450024 de 24-01-2013 na C.R.C. de Espinho

ACTAS
Folha n.º 23


Como nada mais havia a tratar, deram-se por concluídos os trabalhos desta Assembleia, de que, para constar, se lavrou a presente acta que, após lida e aprovada, irá ser assinada por todos os presentes

Santa Maria de Lamas, 27 de Março de 2018

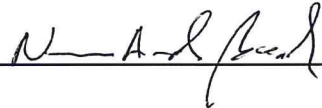
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António', written over a horizontal line.

ACTA

Carlos Filipe Quintas Moura



Nuno André Coutinho Freitas Breda



ASSEMBLEIA GERAL

ACTA Nº 9

Data: 27 de Março de 2018

Local: Sede

Presenças:

Sócios-Gerentes

Carlos Filipe Quintas Moura

Nuno André Coutinho Freitas Breda